

Manaus, quarta-feira, 9 de setembro de 1998

## CIDADES

a crítica A3

# Funai quer terra indígena produtiva

A Funai discute em Manaus a reformulação do papel do Estado na política indigenista. O órgão quer, por exemplo, que reservas se tornem produtivas

Márcio Silva

A Fundação Nacional do Índio (Funai) quer que as terras indígenas do País – mais de um milhão de quilômetros quadrados – passem a ser produtivas e garantam a auto-sustentabilidade dos índios. Entre as propostas de produtividade estão projetos agropecuários e até o ecoturismo.

A informação foi dada ontem pelo presidente da Funai, Sullivan Silvestre, 35, durante coletiva na sede do órgão indigenista. Silvestre veio a Manaus participar do 1º Encontro de Administradores Regionais da Funai, que começa hoje e termina na sexta-feira, no hotel de selva ARIAÚ Tower, no rio ARIAÚ, município de Manacapuru (a 55 quilômetros de Manaus).

Segundo o presidente, os administradores irão discutir não apenas a reestruturação da Funai, mas também a reformulação do papel do Estado na política indigenista.

“Sob as terras indígenas estão as maiores riquezas e jazidas minerais do mundo; a maior biodiversidade do planeta, mas também um alto grau de miséria”, diz Silvestre. “Precisamos ter o aproveitamento racional e inteligente dessas terras para que os índios tenham cada vez mais autonomia”.

Dizendo que a proposta de auto-sustentabilidade das comunidades indígenas não está ligada somente à falta de recursos da Funai – houve um corte orçamentário de 53% este ano, cerca de R\$ 35 milhões – Silvestre explica que o governo federal não pretende fazer mais a “política

do assistencialismo e do paternalismo”. Segundo ele, este tipo de atitude criaria um regime de privilégios aos índios em detrimento de 60 milhões de brasileiros.

O presidente da Funai diz que não está se referindo às populações indígenas que vivem isoladas, mas somente aquelas que têm um alto grau de aculturação. Para o projeto de auto-sustentabilidade, ele diz que é imprescindível a parceria com a sociedade, principalmente prefeitura e estado. Ele cita exemplos, como os dos uaimiri-atroari, que cobram pedágio para que os carros do grupo Paranapanema passem

por suas terras; e os índios do Campo Grande (MS) que, após a demarcação de suas terras, fizeram parceria com os pecuaristas dividindo 50% do valor da produção.

O ecoturismo em terras indígenas é uma das propostas que deverão ser discutidas durante o encontro, segundo Silvestre. Ele diz que os índios, até hoje, tiveram o aproveitamento de sua “capacidade étnica” (artesanato, recursos genéticos) sem nunca ter havido um ressarcimento. “Eles podem permitir visitas a suas terras desde que haja um recurso financeiro”, diz Silvestre.

“Não queremos desviar as tradições e costume dos índios, mas todos eles têm uma vocação para atividades produtivas que precisam ser aproveitadas”, explica Silvestre. “São atividades que eles podem recorrer não só para a subsistência mas também para sua autodeterminação”.



Sullivan Silvestre: “Precisamos ter o aproveitamento racional e inteligente dessas terras”

## Entidades partem para a autonomia

As organizações indígenas da Amazônia estão se preparando para buscar alternativas econômicas que as tornem auto-sustentáveis.

O assunto vai ser discutido durante reuniões de avaliação do conselho da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), que acontecerão em Manaus da segunda quinzena de outubro a novembro. Participam conselheiros de nove estados – Mato Grosso, Amapá, Roraima, Acre, Rondônia, Tocantins, Pará, Acre e Maranhão.

Pesca na região do Alto Rio Negro, produção de guaraná em Maués e artesanato das comunidades indígenas são potencialidades capazes de serem aproveitadas comercialmente, na opinião do coordenador geral da Coiab, Euclides Pereira, 34.

A criação do Centro Cultural e Produção dos Povos da Floresta é outra proposta. Euclides Pereira disse que vai sugerir a formação de um fundo indígena para ser mantido com a colaboração de todas as organizações. Os recursos seriam reinvestidos em infraestrutura para áreas indígenas em programas para agricultura e piscicultura.

A busca de parcerias com governo e empresas não está descartada. A Coiab pretende apresentar projetos nas áreas de educação e saúde para organizações governamentais e iniciativa privada. “Nossa linha é a execução do trabalho”.

Nas reuniões vão ser traçados programas para os próximos cinco anos, tempo em que a Coiab prevê que já devam estar sendo demarcadas as áreas indígenas da Amazônia, prometidas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.